



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 87

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1968

ATA DA 101ª SESSÃO, EM 3 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN**

As 14 horas e 30 minutos saíram-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Achilles Cruz  
Egídio Pacheco  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Pereira Diniz  
Argemiro de Figueiredo  
Aloysio de Carvalho  
Eurico Rezende  
Bessa Netto  
Milton Menezes  
Guido Mondin  
Daniel Krieger

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Srs. Senadores. Há número regimental declarado aberta a sessão. Vai para a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE  
PARECERES**

**Parecer nº 475, de 1968**

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (nº 44-B-67, da Câmara), que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Relator: Sr. Fernando Corrêa.

O Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 578, de 17 de agosto de 1967, submeteu à deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 47, I, da Constituição Federal, o texto do Protocolo, assinado em Montevideu a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

A institucionalização do Conselho, como bem ressalta, na Exposição de Motivos, o Ministro das Relações Exteriores, "visa a obter respaldo político para as decisões emanadas dos

## SENADO FEDERAL

outros órgãos da ALALC que, assim, poderá mais facilmente levar avante as tarefas relativas ao processo latino-americano de integração".

Na realidade, as modificações introduzidas pelo Protocolo em exame no Tratado de Montevideu, dizem respeito, apenas, à inclusão do Conselho no contexto, com a respectiva definição de suas atribuições e componentes.

Para tanto, necessário se faz alterar os artigos 35 e 39 daquele Tratado.

Considerando-se que o Protocolo em apreço consubstancia aperfeiçoamentos que a experiência demonstrou indispensáveis à estrutura da ALALC, no sentido de uma efetiva atuação, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1968. — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Fernando Corrêa**, Relator. — **Mário Martins** — **Menezes Pimentel** — **Wilson Gonçalves** — **Ney Braga** — **Milton Campos** — **Oscar Passos** — **Aloysio de Carvalho**.

**Parecer nº 476, de 1968**

Da Comissão de Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (PDL nº 44-B-67, na Câmara dos Deputados), que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Relator: Sr. Antônio Carlos.

Vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo elaborado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em decorrência do exame da Mensagem número 578, de 1967, do Exmo. Senhor Presidente da República, e que aprova o Protocolo assinado em Montevideu em 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

A Mensagem veio acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, que esclarece terem sido as negociações que concluíram com a assinatura do Protocolo conquistadas no transcurso da 1ª Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos países membros da ALALC, realizado em Montevideu, entre os dias 7 a 12 de dezembro de 1966.

A institucionalização do Conselho realizou-se através da modificação dos arts. 33 e 39, do Tratado de Montevideu, e tem por objetivo dar respaldo político às decisões dos outros órgãos da ALALC.

O instrumento facilitará as tarefas relativas ao processo latino-americano de integração econômica.

Pelo Protocolo há uma redução da competência da Conferência das Partes Contratantes, em favor do Conselho de Ministros, instituído pelo Protocolo e que passa a ser o órgão supremo da associação. O Protocolo é, sem dúvida, um instrumento de aperfeiçoamento da estrutura da ALALC.

Apresentado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o Projeto de Decreto Legislativo mereceu parecer favorável dessa Comissão e da Comissão de Constituição e Justiça e a outra Casa do Congresso Nacional.

No esforço, para instrumentar devidamente os órgãos internacionais que cuidam da integração econômica latino-americana, a Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu tem aprovado uma série de resoluções de alto objetivo político. Uma dessas resoluções foi a que inspirou a criação desta Comissão do Senado, entregue à direção segura do nobre representante pelo Paraná, Senhor Senador Ney Braga, e capaz de fazer esta Casa de Congresso Nacional ciente e consciente dos importantes problemas que envolvem o estabelecimento de um mercado comum latino-americano, principal meio de se atingir a integração econômica do Continente.

Outra resolução foi a que resultou do Protocolo em exame. Criado o Conselho de Ministros da ALALC o órgão será um instrumento de atuação política eficiente para fazer vitoriosos os objetivos do Tratado de Montevideu.

Ante o exposto a Comissão de Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio opina favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1968. — **Ney Braga**, Presidente. — **Antônio Carlos**, Relator. — **Mário Martins**. — **Aurelio Vianna**. — **Mello Braga**.

**Parecer nº 477, de 1968**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1967.

Relator: Senador Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número

71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1968. — **Leão da Silveira**, Presidente. — **Alvaro Maia**, Relator. — **Manoel Vilaga**.

**ANEXO AO PARECER Nº 477, DE 1968**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarado de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, também denominado Instituto Nossa Senhora de Lourdes para Crianças Deficientes de Audição, com sede no Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — Comunico aos Srs. Senadores que a Presidência do Senado deliberou convocar sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 4 de junho às 10 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, para continuar a votação do Projeto de Lei nº 15, de 1968, (C.N.), que institui o sistema de sublegendas e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 621-68, ao Ministério da Fazenda;

Nº 622-68, ao Ministério dos Transportes;

Nº 625-68, ao Ministério da Indústria e do Comércio;

Nº 625-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 626-68, ao Ministério dos Transportes;

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 604-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 605-68, ao Ministério da Saúde;

Nº 606-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 607-68, ao Ministério do Planejamento;

Nº 613-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 614-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 630-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 531-68, ao Ministério da Fazenda;

N.º 635-68, ao Ministério da Educação e Cultura;  
 N.º 636-68, ao Ministério das Minas e Energia;  
 N.º 637-68, ao Ministério da Justiça;  
 N.º 637-68, ao Ministério da Educação e Cultura;  
 N.º 639-68, ao Ministério da Saúde;  
 N.º 640-68, ao Ministério da Agricultura;  
 N.º 641-68, ao Ministério da Fazenda;  
 N.º 642-68, ao Ministério do Interior;  
 N.º 644-68, ao Ministério da Aeronáutica;

De autoria do Senador Eurico Rezende

N.º 619-68, ao Ministério da Indústria e do Comércio;

De autoria do Senador João Cleofas

N.º 633-68, ao Ministério da Agricultura.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

N.º 231-68, de autoria do Senador Lino de Matos, enviada pelo Ministério das Minas e Energia (Aviso número GM-275-68, de 30.5.68);

N.º 387-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério das Minas e Energia (Aviso n.º GM-274-68, de 30.5.68).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a marea, Requerimento de Informações que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

#### Requerimento nº 646, de 1968

Senhor Presidente:

Requeiro o encaminhamento do seguinte pedido de informações ao Senhor Ministro da Fazenda:

1) Por que não foi ainda efetuada a distribuição do crédito à Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul para o pagamento do Abono Familiar no mesmo Estado, em 1964?

2) Que providências o Ministério da Fazenda está tomando para o pagamento do Abono Familiar no Rio Grande do Sul referente ao ano de 1965?

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1968. — Guido Mondin.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o primeiro deles, o Senador Wilson Gonçalves.

#### O SR. WILSON GONÇALVES:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na minha última permanência no Ceará tive a oportunidade de conhecer, mais de perto, um importante aspecto de nossa economia, o qual me despertou tal entusiasmo e interesse, como homem público, que me fez vir, hoje, à tribuna, para fazer um depoimento à Casa e à Nação.

Refiro-me à visita que realizei aos armazéns da CIBRAZEM, em Fortaleza, a convite do Coordenador Norte-Nordeste dessa entidade, o meu prezado e ilustre amigo, General José Góes de Campos Barros. Trata-se, sem dúvida, de uma das figuras mais destacadas da vida pública do meu Estado, pelas suas qualidades pessoais, pelos dotes de inteligência e cultura que o tornam um professor e humanista, pela visão esclarecida dos problemas nacionais e regionais e, princi-

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
 ALBERTO DE ERITTO FERREIRA

CHEFE DO SECTOR DE PUBLICAÇÕES  
 J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SECÇÃO DE REDACÇÃO  
 FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

palmente, pelo espírito público que ha revelado no exercício das mais importantes funções públicas do meu Estado.

E, pois, um administrador esclarecido e capaz, ao qual, em boa hora, foi entregue aquela importante seção da administração pública.

Confesso, Sr. Presidente, que colhi a melhor e a mais rica impressão dessa visita, principalmente, porque ela me trouxe como que uma página nova da economia cearense. Quero acentuar que, devido às muitas dificuldades e vicissitudes por que tem passado o povo nordestino, através dos tempos, decorrentes de crises climáticas que assolam de quando, o nosso território, desorientando a nossa economia, no que ela tem de mais expressivo e fundamental, martirizando o nosso povo abnegado e bom, e provocando, nos centros urbanos, o humilhante espantoso das concentrações humanas e das frentes de trabalho, há sem dúvida, em nós mesmos, latente no nosso subconsciente e, talvez, no espírito do resto da Nação, que não nos conhece ou conhece pouco, a idéia permanente da nossa pobreza e da escassez dos nossos recursos econômicos.

Esta visita, Sr. Presidente, que realizei, como disse, aos armazéns da CIBRAZEM em Fortaleza, como que me apresentou um quadro que eu poderia chamar de inédito neste aspecto importante da nossa economia. Vi armazéns e armazéns, cheios de gêneros alimentícios, em uma quantidade que, pelo seu volume físico, bem demonstra a capacidade operosa do povo de minha terra.

Segundo a estatística que me foi apresentada, existiam, como ainda existem, depositados nos armazéns da CIBRAZEM, no Estado do Ceará, em Fortaleza e em outros municípios do Interior, a cifra de 338.157 volumes de gêneros alimentícios decorrentes da safra do ano passado, destacando principalmente milho e feijão.

Ao contemplar aquela massa enorme, acumulada de produtos agrícolas, fiz certas conjecturas de caráter sócio-econômico. Vendo aquela considerável quantidade de gêneros alimentícios na terra da seca, aguardando comercialização e alheia à lei da oferta e da procura, eu pensei comigo mesmo: que esforço humano não tinham desenvolvido os meus patrícios para, além das suas necessidades de subsistência e de sua família, poder acumular uma quantidade tão elevada, resultante do seu trabalho pessoal.

Vi, na materialidade daquele esforço, a alegria do sertanejo que encontrou no Poder Público o instrumento que lhe trouxe alegria a si e à sua família, porque toda aquela quantidade de gêneros alimentícios resultava de operação de créditos através do Banco do Brasil e de acordo com orientação da Comissão de Financiamento da Produção, assegurando ao trabalhador, por um adequado sistema creditício, conseguir melhor preço pelo produto do seu esforço pessoal, evitando a um só tempo, a deterioração ou a perda do mesmo produto ou a ganância dos inter-

mediários, que, em outras épocas, exerciam preços vis pelas mesmas mercadorias.

O fato, Sr. Presidente, embora pareça a muitos precoce, tem uma significação profunda para o nosso povo, para a nossa gente humilde dos campos, porque, através desse processo de acesso à lavoura, o agricultor já pode dedicar-se inteiramente a sua tarefa cotidiana, certo de que, por meio do financiamento da produção, encontra preço satisfatório para a venda do excesso de sua produção.

Para que isto, no entanto, venha ocorrendo, não só no Ceará, mas, acredito, nos outros Estados do Nordeste, tem contribuído, além da dedicação e do esforço constante do Coordenador Norte e Nordeste da CIBRAZEM, três fatores principais: o crédito agrícola, a política de fixação de preços mínimos dos produtos da atividade agrícola e a rede de armazéns da CIBRAZEM.

Da conjugação desses três fatores, provêm resultados da mais alta significação para o fortalecimento da nossa economia agrícola, porque eles estimulam o produtor que se vê assim compensado no seu esforço, mediante o estabelecimento de preços mínimos para os produtos de sua atividade agrícola, permitindo ainda, conservá-los livres da deterioração ou de perda, em face das condições de armazenamento que oferece a CIBRAZEM, amparar, sem dúvida, a produção agrícola, assegurando a sua conservação para o consumo público, na época oportuna; possibilitar por outro lado, os meios necessários para que os órgãos competentes da administração pública possam se tornar elemento regulador do mercado, e, em determinadas circunstâncias suprir áreas não suficientes atendidas por empresas comerciais. E, por fim, Sr. Presidente, será importante reserva de gêneros alimentícios nas várias zonas de cada Estado do Nordeste, permitindo ao Poder Público, nas épocas de crise, abastecer com rapidez as áreas atingidas pela seca.

Este aspecto da economia nordestina, visto por mim, no exemplo da economia cearense, assume maior significação se apreciado, se analisado em conjunto com o panorama econômico, geral, da nossa região.

Não me posso furtar ao prazer de ler, neste instante, tópicos da conferência recentemente realizada, perante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, pelo ilustre e conceituado economista, Dr. Rubens Costa, meu digno Presidente do Banco do Nordeste.

Examinando Sr. Exa. a situação econômica do Nordeste, para projetar a tarefa, realmente benemérita e patriótica, do Banco que dirige, diz Sr. Exa.:

(Lê):

"No início da década de 1960, a economia nordestina começou a expandir-se a taxas mais aceleradas para superar o ritmo de crescimento do País como um todo a partir de 1963. A crise econômica que reduziu fortemente o crescimento da produção do País, afetou o Nordeste em menor

escala, daí por que suas taxas de crescimento superaram as nacionais. A existência do organismo bancário especializado — o Banco do Nordeste — em um plano de projetos de investimentos agrícolas e industriais com créditos e com divisas e suprindo capital de giro às empresas, o programa de estudos e pesquisas e um elenco de incentivos cambiais, fiscais e aquanários, inteligentemente administrados, respondem pelo melhor desempenho da economia nordestina.

Embora o crescimento do Nordeste esteja sendo associado ao recente surto de industrialização as estatísticas mostram que o setor que mais cresce na região é a agricultura e, de modo particular, a pecuária. Também o setor primário aquele que vem empregando a maior parte da mão-de-obra que cada ano deve entrar no mercado de trabalho. E, ainda, a agricultura nordestina fonte de divisas muito importante, que se elevou em 1965 a cerca de US\$ 220 milhões, enquanto as importações comaram aproximadamente US\$ 67 milhões, do que resultou saldo líquido para o resto do País de cerca de US\$ 153 milhões.

A agricultura nordestina contribuiu com 37% do Produto Regional em 1947, elevando sua participação para 46% em 1964, último ano para que dispomos de dados suficientemente detalhados para ensejar comparações. Em outras palavras, a agropecuária elevou sua participação relativa no Produto Regional Bruto, em 24% no decurso de mais de 3 lustros.

A indústria manteve constante sua contribuição de 12% ao Produto Regional, com pequenas variações anuais. A relação entre os setores agrícolas e industriais alterou-se profundamente no período, devido ao maior dinamismo da agropecuária. Assim, enquanto em 1947, a produção industrial correspondia em termos relativos a 33% da produção agrícola, em 1964, esta percentagem caiu a 26%, deteriorando-se em 20%.

Essas comparações são importantes porque as relações entre os setores agrícola e industrial no País demonstram comportamento oposto, isto é, a indústria avança mais rapidamente e contribuiu com parcela crescente do Produto Nacional Bruto. Além disso, "os modelos" de crescimento econômico dos países desenvolvidos têm em comum a redução da importância relativa da agricultura tanto em termos de produção como de emprego, e o crescimento mais rápido da indústria.

Prosseguindo nas suas considerações, perante a Comissão de Economia, o ilustre Presidente do Banco do Nordeste, focalizou outros aspectos do fortalecimento da economia nordestina. Aproveito a oportunidade para trazer à apreciação desta Casa, porque entendo que contém dados úteis ao melhor conhecimento do Nordeste à adoção de medidas necessárias para a sua integração definitiva da economia nacional.

Diz Sr. Exa.:

(Lê):

"Em artigo publicado em jornal do sul (2), tivemos oportunidade de demonstrar a alta produtividade tributária do sistema de incentivos fiscais, através de modelo macro-econômico simplificado. Dito modelo evidenciou que após a implantação dos projetos, o erário nacional (União, Estados e Municípios) recuperará em apenas dois anos, através de impostos pagos pelas novas empresas, os recursos de que abriu mão o governo federal.

A análise da arrecadação federal nos anos de 1963 a 1967 é outro indicio seguro do êxito do sistema de incentivos fiscais. Naquele período, a única região onde a União arrecadou substancialmente mais, em termos relativos, foi no Nordeste. Nossa participação na receita tributária, que

passou a ser de 6%; ou seja, aumentou 18%. A participação do Sul caiu 1%, e a do Sul aumentou 2%.

A evolução do Imposto de Renda ainda mais significativa. Apesar das mudanças recomendadas pela SUDENE a participação do Nordeste na arrecadação daquele tributo, aumentou de 100 em 1963, para o índice 142 em 1967, experimentado um incremento de 42% em apenas 5 anos. A Bahia contribuiu com mais 13%, quanto o Centro-Sul e o Sul, sofreram uma diminuição de 2% e o Centro-Oeste uma queda de 13%.

Se considerarmos a arrecadação "per capita" do imposto de renda, em termos reais, verifica-se que aumentou 5,7% no Brasil como um todo, diminuiu 14% no Centro-Oeste, 1,4% no Sul. Aumentou 4,3% no Centro-Sul, 23% no Norte e 52,8% no Nordeste.

A que atribuir-se tão considerável aumento da arrecadação federal no Nordeste? A eficiência do aparelho arrecadador é maior no sul, a proximidade da tributação deveria, normalmente, fazer com que a arrecadação do imposto de renda crescesse mais nas regiões ricas do que nas pobres. Nenhum fato relacionado com o comércio externo poderia justificar as melhorias constatadas. Ao contrário, a participação do Nordeste na arrecadação do imposto de importação caiu 12% no período analisado.

Tudo leva a crer que o mais rápido crescimento econômico do Nordeste no período referido e a mais elevada lucratividade das suas empresas, do que é reflexo o extraordinário aumento da arrecadação federal (e também das receitas estaduais) são o produto de dois fatores básicos: estímulo decorrente dos incentivos fiscais e a política de financiamento do Banco do Nordeste.

Como vê, Sr. Presidente, considero extremamente importante para o conhecimento da Nação estes dados que acabo de trazer à apreciação do Senado para mostrar aos eminentes pares e a toda a Nação valiosos aspectos relativos à recuperação que se vem operando no Nordeste brasileiro e que, parece, são desconhecidos por muitos. Das palavras do digno presidente do Banco do Nordeste, sente-se claramente que, no fortalecimento da nossa economia, é fator primordial a produção agropecuária. No desdobramento de sua exposição S. Eenhoria oferece dados concretos a respeito do desenvolvimento desses dois setores da nossa economia. Daí por que, associando a impressão da visita que realizei aos armazéns da CIBRAZEM a este panorama regional, trazido por uma das mais autorizadas figuras do nosso meio econômico, desejo dar maior importância a esse trabalho do Governo Federal, através de agentes capazes como o General José Góes de Campos Barros, no sentido da conservação dos produtos agrícolas, da sua comercialização e da rentabilidade para seus produtores.

Sabemos que o Governo do eminente Presidente Costa e Silva está vigorosamente empenhado em difundir mais ainda, disseminando em todo o território nacional, a rede de armazéns e silos, a fim de, conflagrada com o crédito agrícola e a fixação de preços mínimos, dar à economia agrícola nacional a expressão e a segurança necessárias para a garantia da riqueza nacional.

Entendo, portanto, que é da mais alta conveniência que, quanto antes, a Comissão de Financiamento da Produção realize a fixação dos preços mínimos dos produtos agropecuários do Nordeste para a safra deste ano e autorize o Banco do Brasil a realizar, nessas bases, o financiamento da respectiva produção. Pode parecer a um espírito menos avisado que, do

ponto de vista comercial, seja arriscado a esses organismos administrativos do País iniciar o financiamento de uma nova safra, sem que tenham, ainda, disposto dos produtos da safra anterior. No entanto, em face da orientação governamental, através dessas providências a que acabo de me referir, assegurando ao trabalhador do campo a garantia de um preço mínimo para o esforço de seu trabalho, creio que seria altamente impatriótico talvez até catastrófico se o Governo deixasse, porventura, de assegurar o financiamento da safra agrícola do presente ano.

E' verdade que, em face do crédito agrícola, da fixação de preços mínimos e da conservação, de acordo com a técnica moderna, dos produtos agrícolas, o homem do campo dedicou-se ainda mais, e com mais afinco, à tarefa de produzir. E não é justo, nem humano, que o Governo viesse a retirar essa ajuda aos produtores e os deixasse, como antigamente, à sorte dos aventureiros e dos intermediários, que ofereciam preços vis por essas mercadorias.

Minha presença nesta tribuna tem duplo objetivo: salientar um aspecto positivo da administração federal, através da garantia ao trabalho do homem do campo, mas também formular um veemente apelo para que as autoridades competentes não desanimem no árduo e importante papel de assegurar estabilidade à economia nordestina. E esta só poderá advir através do fortalecimento da produção agropastoril.

Seria altamente decepcionante e talvez, contribuisse mais para o êxito do homem do campo se, porventura, neste instante, viesse a Comissão de Financiamento da Produção negar aquela ajuda e aquela colaboração que nos parecem essenciais a assegurar a permanência do homem na faina rurícola.

Quero, portanto, Sr. Presidente, trazendo a esta Casa as considerações que acabo de expor, congratular-me com a administração da CIBRAZEM, no Ceará e no Nordeste, e dirigir um apelo, repito, ao Governo Federal, para que, através dos órgãos competentes, tome quanto artes as necessárias providências, a fim de que a produção agrícola deste ano, no Nordeste, seja financiada por intermédio do Banco do Brasil e na conformidade do plano de ação da Comissão de Financiamento da Produção. Será trabalho meritório e acenadamente patriótico. (Muito bem! Palmas)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura de requerimento de informações.

São lidos os seguintes

#### Requerimento nº 647, de 1968

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, se já solicitadas ao Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil através da Prefeitura do Distrito Federal, as seguintes informações:

- 1) Quais os terrenos localizados no setor de diversões que já foram vendidos a firmas que se propuseram construir cinemas ou teatros em Brasília?
- 2) Quais são essas firmas?
- 3) Qual o prazo dado às mesmas para terem construídas aquelas casas de diversão?
- 4) Em que data foi vendido cada um dos terrenos?
- 5) Existem construções de cinemas ou teatros já iniciadas e cujas obras tenham sido paralizadas?
- 6) Das obras referidas no item precedente, se existirem, quais os prazos

previstos para o término de cada uma e se alguma já tem expirado o prazo para sua entrega ao público?

Sala das Sessões, 3 de junho de 1968. — Senador Adalberto Sena

#### Requerimento nº 648, de 1968

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, seja solicitado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, através do IPASE, as seguintes informações:

- 1) Quantos associados tem o IPASE em Brasília?
- 2) Qual o montante das arrecadações do IPASE mensalmente, em Brasília?
- 3) Qual o custo mensal da assistência médica que o IPASE presta aos seus associados de Brasília por intermédio de seu quadro de servidores?
- 4) Quais os estabelecimentos hospitalares, de propriedade do Governo, em Brasília, que mantêm convênio com o IPASE, e quais os que não mantêm?
- 5) Quais as clínicas médicas e laboratórios clínicos, de propriedade particular que mantêm convênio com o IPASE?
- 6) Dos estabelecimentos mencionados, no item precedente, existe algum que tenha contas a receber do IPASE? Em caso afirmativo, a quem são devidas essas contas, a quanto monta cada uma e de quando datam esses débitos?
- 7) Qual a média mensal de hospitalizações, com participação do IPASE em Brasília e verificadas nos meses de janeiro a maio do corrente ano?
- 8) Se é verdade que o hospital do IPASE, em construção na Avenida L2 Norte, em Brasília, foi cedido ao INPS? Em caso afirmativo, o que tem tido a cessão e qual o valor da transação?
- 9) Quantos médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de serviço médico, integram o quadro de servidores do IPASE em Brasília e onde estão exercendo suas atividades de atendimento aos associados?
- 10) Quais os servidores a que se refere o item precedente, que se ocupam somente de atividades burocráticas?
- 11) Quantos servidores burocráticos, motoristas, contínuos e serviços compõem o quadro de funcionários do IPASE em Brasília?

Sala das Sessões, 3 de junho de 1968 — Senador Adalberto Sena.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de deliberação do Plenário. Serão publicados e, em seguida, despatchados pela Presidência.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

#### O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra. (Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

#### O SR. DANIEL KRIEGER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente Srs. Senadores, apagou-se sábado, uma luz que tinha a beleza e o significado do arco-íris, porque era a união de Deus com os homens. Morreu, nos Estados Unidos, Helen Keller, a surda-muda, cujo devotamento aos seres humanos a exalta e a glorifica.

Sua obra intelectual é magnífica e sua obra humana fecunda e infinita. Quero, pois, em breves palavras, deixar registrado nos Anais do Senado a admiração desta Casa e — estou certo — do mundo inteiro a uma criatura que dedicou integralmente sua vida à realização do Bem, que tirou do sofrimento o substrato para a realização de uma grande obra.

A Helen Keller, cujo nome viverá sempre na consciência dos homens e nos registros da História, rende-lhe o Senado, nesta hora suas homenagens. (Muito bem!)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Arthur Virgílio  
Pedro Carneiro  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Luiz de Barros  
Manoel Villalça  
Pessoa de Queiroz  
José Leite  
Josaphat Marinho  
Aurélio Vianna  
Milton Campos  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Péricles Pedro  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Ney Braga

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

#### Item 1:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1968, de autoria do Sr. Senador Pereira Diniz, que mantém as cooperativas de crédito de capital elevado, e longo funcionamento (em regime de urgência, nos termos do art. 328, nº 5-C, do Regimento Interno), tendo Pareceres (orais) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável com emenda; de Economia, contrário; de Finanças favorável; e dependendo de pareceres dessas Comissões sobre as emendas de Plenário de números 2 e 3.

Ao projeto foram apresentadas emendas de parecer das comissões já citadas.

Dou a palavra ao Sr. Senador Bezerra Netto para dar parecer sobre as Emendas de números 2 e 3.

#### O SR. BEZERRA NETTO:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, já inclui no processo os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças sobre as emendas. Ocorre que não está presente no plenário nenhum membro da Comissão de Economia. Sendo evidente que não há número para a votação, e tendo em vista a ausência dos membros da Comissão de Economia e do Relator da matéria naquela Comissão, Senador Atílio Fontana, julgo oportuno sugerir à Mesa que seja adiado o pronunciamento das Comissões para a sessão de amanhã, terça-feira, quando deverá haver quorum.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tendo em vista as razões expostas pelo Sr. Senador Bezerra Netto a Mesa acolhe a sugestão de S. Exa. e adia a votação da matéria para a sessão de amanhã.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 2

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 471, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (nº 39-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto das emendas aos arts. 24 e 25 da Constituição da Organização

Mundial da Saúde, a 23 de maio de 1967.

Em discussão a redação final.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Encerrada a discussão sem emendas não havendo requerimento no sentido do que seja o projeto submetido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 471, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (numero 39-B-67, na Casa de Origem).

Relator: Sr. Antônio Carlos

A Comissão apresenta a redação final do Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (nº 39-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto das emendas aos arts. 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial da Saúde, adotadas na 23ª Assembleia Mundial da Saúde, a 23 de maio de 1967.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1968. — Leandro Maciel, Presidente — Antônio Carlos, Relator — Lobão da Silveira.

ANEXO AO PARECER Nº 471-68

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 nº 39-B, de 1967, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47 inciso I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº ..., DE 1968

Aprova o texto das emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial da Saúde, adotadas na 23ª Assembleia Mundial da Saúde, a 23 de maio de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o texto das emendas aos arts. 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial da Saúde, a 23 de maio de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Item 3

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências (Projeto aprovado em primeiro turno, com emendas, em 14 de maio de 1968), tendo Parecer, sob número 472, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto, em seu segundo turno.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Encerrada a discussão sem emendas não havendo requerimento no sentido de que seja o projeto submetido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado, nos termos do artigo 272-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte projeto de lei para ser votado conjuntamente, hoje, às 21 horas e 30 minutos, para aprovação de voto presidencial.

PARECER Nº 472, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966.

Relator: Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966 que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências, alterando a remissão feita no art. 4º ao "Conselho Nacional de Economia", para "Ministério do Planejamento e Coordenação Geral", de acordo com o art. 7º do Decreto-lei nº 322, de 7.4.67.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente — Filinto Müller, Relator — Mem de Sá.

ANEXO AO PARECER Nº 472-68

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966, que determina a aplicação da correção monetária a crédito objeto de ação judicial, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As normas de correção monetária referidas no art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, aplicam-se aos créditos sub judice, desde que sejam os referidos no art. 238 do Código de Processo Civil, ou que decorrerem de execução de sentença por quantia ou de ação executiva fiscal.

Art. 2º A incidência dos cálculos de atualização monetária será procedida a partir da sentença definitiva de primeira instância, incluindo-se na mesma correção os períodos resultantes desde o depósito aos prazos processuais.

Art. 3º Para evitar a correção ou suspender o seu curso, conforme este se tenha ou não iniciado, o interessado poderá efetuar o depósito judicial da quantia cobrada, em moeda corrente.

Parágrafo único. Julgada improcedente a ação, por decisão passada em julgado, será efetuado o cálculo de correção monetária a favor do exequente, que cobrará a quantia correspondente na execução de custas e demais elementos da decisão, levantado o depósito do principal.

Art. 4º A Corregedoria da Justiça expedirá imediatamente para os Juizes das Comarcas a tabela de coeficientes de atualização publicada no Diário Oficial do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no segundo mês de cada trimestre civil e para vigorar durante o trimestre civil seguinte, conforme estabelece o artigo 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e o art. 7º do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

Art. 5º A correção prevista na presente Lei será feita com base na efetivamente liquidado o crédito, por bela em vigor na data em que for cálculo efetuado pelo contador do Juízo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Está finda a Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Senhores Senadores que o Congresso Nacional está convocado

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte:

## ORDEM DO DIA

Sessão em 4 de junho de 1968

(Terça-feira)

1

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1968, de autoria do Sr. Senador Pereira Diniz, que mantém as cooperativas de crédito de capital elevado e longo funcionamento (em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 5.º, do Regimento Interno), tendo Pareceres — (Orais) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com emenda; de Economia, contrário; de Finanças, favorável; e dependendo de pareceres dessas Comissões sobre as emendas de Plenário de ns. 2 e 3.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968, de autoria do Sr. Senador Pereira Diniz, que dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas, federais, estaduais e municipais e dá outras providências, tendo Pareceres, sob ns. 376 e 462, de 1968, da Comissão: de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento: favorável com as emendas que oferece sob ns. 1-C.C.J. e 2-C.C.J. 2º pronunciamento: contrário à emenda de plenário (nº 3).

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968, originário da Câmara dos Deputados (nº 40-B-67, na Casa de origem), que aprova o Acórdão sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 457 e 458, de 1968, das Comissões: de Relações Exteriores e dos Estados para Alienação e Concessão de Terras.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 43, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, Jorge Honda, Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia taquígrafos habilitados em concurso público, para o Quadro da Secretaria do Senado Federal.

6

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 1967, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil, sobre financiamento aos agricultores do Estado do Rio de Janeiro, tendo Parecer contrário, sob nº 445, de 1968, da Comissão de Finanças.

Calendário dos Projetos em Tramitação no Congresso Nacional.

1

Projeto de Lei nº 16, de 1968 (CN), que "Prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1937."

(Comissão Mista: Presidente: — Senador Argemiro de Figueiredo — Relator — Senador Achyles Cruz).

Dia 4-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 5-6 — Publicação do parecer;

Dia 11-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.

Prazo — Início: 9.5.68; e término: 18 de junho de 1968.

2

Projeto de Lei nº 13, de 1968 (CN), que "declara prescrita as contas que menciona e dá outras providências."

Comissão Mista: Presidente: Deputado Lauro Leitão. — Relator: Deputado Francisco Amaral.

Dias 31-5; 3 4, 5 e 6-6-68 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 11-6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 19-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 20-6 — Publicação do parecer;

Dia 25-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.

Prazo — Início: 20-5-68; e Término: 7.8.68.

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista.

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adocantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agricultura canavieira.

Presidente: Senador Milton Campos.

Relator: Deputado Pedroso Horta.

Relator Substituto: Deputado Brito Velho.

Dia 4.6.68 — Reunião da Comissão Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal

Hora — 16 e 21 horas.

Assunto — Depoimento: 16 horas — Professor Adriano Pondé, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Bahia — 21 horas — Professor Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco.

Dia 5.6.68 — Reunião da Comissão;

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal

Hora — 16 e 21 horas.

Assunto — Depoimentos: 16 horas — Professor Lauro Solero, Professor de Farmacologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — 21 horas — Professor Eduardo Faraco, Professor de Terapêutica Clínica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos).



## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

## ATO DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, em 28 de maio de 1968, aprovou o Relatório da Banca Examinadora do Concurso Público para provimento de vagas na classe inicial da carreira do Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal, e homologou nos termos do art. 77, § 4º da Resolução nº 6, de 1960, a classificação final dos candidatos abaixo relacionados:

Classificação	Inscrição	Nome	Média Final
1º	B-19	Darcy Pedrozo Machado Gaia .....	88,192
2º	B-29	Paulo José Euvaldo Peixoto .....	86,022
3º	B-10	Lityerse de Almeida Castro .....	85,370
4º	B-11	Raimunda da Fonseca Elteres .....	79,460
5º	B-23	Geraldo Lopes .....	71,626
6º	B-26	Sérgio Barreira Gomes Ribeiro .....	70,144
7º	B-7	Laércio Ribeiro Resende .....	66,451

Secretaria do Senado Federal, em 28 de maio de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## COMISSÃO DE PROMOÇÕES

A Comissão de Promoções, em reunião realizada em 31 de maio de 1968, ao tomar conhecimento da existência de vagas nas carreiras de Oficial Legislativo, Auxiliar Legislativo, Oficial Bibliotecário e Auxiliar de Limpeza decorrente, a primeira e a segunda, do falecimento de Rui Ribeiro Cardoso, Oficial Legislativo, PL-5, ocorrido em 30.11.67, a terceira, nomeação de Adélia Leite Coelho, Oficial Bibliotecário, PL-3 para outro cargo, conforme Resolução nº 20-58, DON de 28 de março de 1968, e a quarta resultante de duas vagas de Auxiliar de Limpeza, PL-14, existentes em virtude da Resolução, nº 64, de 1964, organizou nos termos do art. 98 da Resolução nº 6, de 1960, as seguintes listas:

Vaga decorrente do falecimento de Rui Ribeiro Cardoso, Oficial Legislativo, PL-5:

De Oficial Legislativo, PL-6 a PL-5 — Critério — Antiquidade

Cabe a Mary Faria Albuquerque

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Oficial Legislativo, PL-6 — Critério — Acesso-Mercedimento

Art. 2º, parágrafo único da Resolução nº 19-62 — Concorrem os ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Legislativo (PL-7), com interstício até a data da vaga.

São eles:

Genoveva Ayres Ferreira Dias  
William Lima Machado Newton  
Evandro Mesquita

Sylvia Minazi Mantovan Peixoto  
Izabel Magalhães Evangelista  
Marcelo Zamboni

Dalmar Geraldo Lacerda Guimarães

Artemira Sampaio Leite

Ayrton José Abritto

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7 — Critério-Mercedimento

Concorrem:

1. Alfeu Cordeiro dos Santos

2. Iracema da Costa e Silva de Castro — vinda de lista anterior.

3. Maria de Lourdes Veiga — vinda de lista anteriores.

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8 — Critério — Antiquidade

Cabe a Afonso José Coelho Cesar

A Auxiliar Legislativo, PL-9 — Readaptado na forma do art. 20, § 7º da Resolução nº 38-63, Joaquim Pio Ramos, Guarda de Segurança, PL-9, conforme Ata da Comissão Diretora publicada no DCN de 27.1.68, não havendo, assim, promoção de PL-10 a PL-9.

Vaga decorrente da nomeação de Adélia Leite Coelho, Oficial Bibliotecário, PL-3, para outro cargo.

De Oficial Bibliotecário, PL-4 a PL-3 — Critério-Mercedimento

Concorrem:

1. Elisita Loral Coelho Campos da Paz

2. Pérola Cardoso Raulino

Obs: únicas ocupantes no cargo na classe PL-4.

De Oficial Bibliotecário, PL-5 a PL-4 — Critério-Mercedimento

Concorrem a única ocupante na classe PL-5:

Maria Elisa Nogueira Lódio

Dois vagas na Classe PL-14 da carreira de Auxiliar de Limpeza, decorrentes da Resolução 64-64

1ª Vaga — Critério — Antiquidade

Cabe a

Roberto Pozzatti

2ª Vaga — Critério — Mercedimento

Concorrem:

1. Carmelita Gonçalves Ribeiro

2. José Pacheco de Pinho

3. Newton Antônio Leixeira Carvalho

Secretaria do Senado Federal, em 31 de maio de 1968. — Evandro Mendes Vianna — Presidente da Comissão de Promoções.

## EDITAL

Pelo presente edital, fica convocada o servidor Virgílio José da Silva.

Auxiliar de Portaria, PL-8, a comparecer nesta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto

no artigo 210, item II e § 1º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de maio de 1968. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

## ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista para Estudo e Parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1968 (C.N.).

3ª REUNIAO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1968

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às vinte e uma horas, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores Senadores Pedro Carneiro, Dylton Costa, Achilles Cruz, Paulo Torres, Milton Meneses, Guido Mondin, Bezerra Neto e Oscar Passos e os Senhores Deputados Manoel Rodrigues, José Pinto Penedo, Minoru Miyamoto e Ezequias Costa, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1968 (CN), que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei número 332, de 12 de outubro de 1967.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Petrônio Portela e Pericles Pedro e os Senhores Deputados Lauro Leitão, Aécio Tunina, Milton Brandão, Afonso Celso, Joel Ferreira, Lurtz Sabia e Leo Neves

É lida e sem restrições aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Aquiles Cruz, relator da matéria, que emite parecer favorável ao projeto, contrário às emendas 2 e 3 e apresenta subemenda nº 4 a emenda nº 1.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Ajustes Internacionais e de Legislação sobre Energia Atômica.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1968

As onze horas do dia vinte e nove de maio de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala do Presidente da Comissão de Segurança Nacional, sob a presidência do Senhor Senador Nogueira da Gama, Presidente, estando presentes os Senhores Senadores Paulo Torres, João Cleofas Josaphat Marinho e Leandro Maciel, reúne-se a Comissão de Ajustes Internacionais e de Legislação sobre Energia Atômica.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnon de Melo, Domício Gondim e Teotônio Vilela.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, que, em seguida, é aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente comunica aos Srs. Membros que solicitou ao Ministério das Relações Exteriores, dez exemplares de todas as leis sancionadas e acordos sobre assuntos pertinentes a Comissão, e que tão logo tenha recebido, mandará preparar um "dossier" para cada Membro do órgão.

Prosseguindo, o Sr. Presidente mete à apreciação da Comissão uma sugestão apresentada pelo Sr. Senador Arnon de Melo, para que se convide o Dr. Fernando Augusto Buarque Franco Neto, Diplomata do Itamaraty e especialista em energia atômica,

para fazer uma exposição perante a Comissão.

Em discussão e votação é aprovada a sugestão.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Paulo Torres a fim de emitir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Paulo Torres lê parecer por diligência ao Ministério das Relações Exteriores, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1968, — "aprova o Acordo para Aplicação de Salvaguardas, assinada em Viena, a 10 de maio de 1967, entre a República Federativa do Brasil, os Estados Unidos da América e a Agência Internacional de Energia Atômica".

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Assuntos da Associação Latino Americana de Livre Comércio.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1968

As 15 horas do dia 30 de maio de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Ney Braga, presentes os Senhores Antônio Carlos Mello Braga, Aurélio Vianna e Márcio Martins, reúne-se a Comissão de Assuntos da Associação Latino Americana de Livre Comércio.

Deixam de comparecer os Senhores Arnon de Melo e Atílio Pontena.

É lida e, sem restrições, aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Antônio Carlos que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo número 25, de 1968, que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, em 12 de dezembro de 1966 pelo qual se institui o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

A Comissão aprova o parecer.

Em seguida o Senhor Mello Braga lê parecer favorável nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Relações Exteriores ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1968, que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, em 2 de setembro de 1966, pelo qual se estabelece um sistema para Solução de controvérsia com o Tratado de Montevideu.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

22ª REUNIAO, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1968

As 10 horas do dia 29 de maio de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. João Cleofas, Mem de Sá José Leite, Leandro Maciel, Manoel Villalça Fernandes Corrêa Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz e Mello Braga, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Paulo Sarasate, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Carvalho Pinto, Julio Leite, Arthur Virgílio e José Ermirio.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor José Leite que emite parecer pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Senhor José Leite que emite parecer pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1952, que modifica o artigo 3º da Lei nº 842, de 4 de outubro de 1949.

O parecer é aprovado pela Comissão.

O Senhor Fernando Corrêa lê os seguintes pareceres:

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963, que homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965; e

Deixa de se pronunciar por escassar a sua competência e solicita o pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Legislação Social, ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1959, que acrescenta alínea a letra b do artigo 102, do Decreto-lei número 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

### 12ª REUNIAO, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1968

As dezessete horas do dia trinta de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Presidente, Ney Braga, Antônio Carlos, Paulo Torres, José Leite e Aurélio Viana, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo, na Sala das Comissões.

Acham-se ausentes, com causa justificada, os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Mem de Sá, Eurico Rezende, Paulo Sarasate, Carvalho Pinto, José Ermirio e Mário Martins. É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Senhor Senador Wilson Gonçalves comunica à Comissão que os relatores dos projetos constantes da pauta não se encontram na reunião e determina que o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1968 seja distribuído ao Senhor Senador Ney Braga para relatar.

O Senador Ney Braga aceita ser relator e dá seu parecer favorável, com emenda substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1968, que acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1960, estendendo benefícios aduaneiros e cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil.

Em discussão e votação é o parecer aprovado após usarem da palavra para discutí-lo os Senhores Senadores José Leite, Antônio Carlos e Aurélio Viana.

A seguir, a Comissão decide adiar a discussão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1968 que considera de utilidade pública a Fundação Ford (The Ford Corporation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte, por estar ausente o Relator Senador Eurico Rezende.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da

Comissão, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### ATA DA 23ª REUNIAO REALIZADA AOS 23 DIAS DO MES DE MAIO DO NO DE 1968

(Extraordinária)

As dezenove horas e quarenta minutos do dia vinte e três do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller e Manoel Villaga.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Filinto Müller apresenta a redação do vencido para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1968 (nº 1.18-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o reajustamento salarial previsto nos Decretos-leis números 15, de 29 de julho de 1966, e 17, de 22 de agosto de 1966.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### ATA DA 24ª REUNIAO ORDINARIA REALIZADA AOS 23 DIAS DO MES DE MAIO DO ANO DE 1968

(EXTRAORDINÁRIA)

As quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e nove do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Filinto Müller.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Antônio Carlos, Lobão da Silveira e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta as seguintes redações:

a) redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968 (nº 24-A-67, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos);

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1968 (nº 43-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966;

c) redação final do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1968, que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o artigo 177, § 1º, da Constituição Federal.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

### ATA DA 25ª REUNIAO REALIZADA AOS 29 DIAS DO MES DE MAIO DO ANO DE 1968

(EXTRAORDINÁRIA)

As quinze horas e trinta minutos do dia vinte e nove do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Antônio Carlos e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1968 (nº 1.080-B de 1968, na Casa de origem), que modifica dispositivos da Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### ATA DA 26ª REUNIAO REALIZADA AOS 30 DIAS DO MES DE MAIO DO ANO DE 1968

As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Antônio Carlos apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1968 (nº 39-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto das emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20ª Assembleia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### ATA DA 27ª REUNIAO REALIZADA AOS 31 DIAS DO MES DE MAIO DO ANO DE 1968

(EXTRAORDINÁRIA)

As quatorze horas do dia trinta e um do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Lobão da Silveira, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller e Mem de Sá.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Leandro Maciel, Vice-Presidente, Antônio Carlos, e Nogueira da Gama.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Filinto Müller apresenta a redação do vencido para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13 de 1966, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, e dá-se por encerrada a reunião, lavran-

do eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida do Estudo do Projeto de Lei nº 18, de 1968 (C.N.), que "Declara prescritas as contas que menciona e dá outras providências".

## INSTALACAO

As dezessete horas do dia trinta de maio de mil novecentos e sessenta e oito na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Pedro Carneiro, Achilles Cruz, Alvaro Maia, Domicio Gondim, Mem de Sá, João Cleofas Pereira Diniz e Eduardo Catalão e os Senhores Deputados Dasso Coimbra Lauro Leitão, Feu Rosa, Francisco Amaral e Floriceno Paixão, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 18, de 1968 (C.N.), que "Declara prescritas as contas que menciona e dá outras providências".

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Luiz de Barros, Arthur Virgílio e Edmundo Levi e os Senhores Deputados Luiz de Paulo, Vasco Amaro, Lacorte Vitale, Edil Ferraz, Padre Antonio Vieira e Antonio Magalhães.

A seguir, o Senhor Senador Alvaro Maia, de conformidade com o preceituado no art. 32, do Regimento Comum, assume a presidência e declara abertos os trabalhos.

Em prosseguimento, o Senhor Senador Alvaro Maia, no exercício da presidência, anuncia aos Senhores Membros da Comissão que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Senhor Deputado Feu Rosa.

Distribuídas as cédulas uninominais e procedida a votação, verificou-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Lauro Leitão ... 12 votos  
Senador Alvaro Maia .... 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Mem de Sá ..... 11 votos  
Deputado Floriceno Paixão . 1 voto  
Deputado Dasso Coimbra ... 1 voto  
Deputado Dasso Coimbra .. 1 voto

Dando continuidade, o Senhor Senador Alvaro Maia, declara extintos e empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, Deputado Lauro Leitão e o Senhor Senador Mem de Sá.

O Senhor Deputado Lauro Leitão assume a presidência e designa para relator do projeto o Sr. Deputado Francisco Amaral.

A seguir, o Senhor Presidente passa a ler o Calendário estabelecido, bem como, as Normas Disciplinares dos trabalhos da Comissão que, submetidos a discussão e votação são aprovados unanimemente.

Prosseguindo o Senhor Presidente, após consultar o Sr. Relator, fixa o dia 11 de junho próximo, às 16 horas, para a Comissão apreciar o parecer do Sr. Deputado Francisco Amaral.

Nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos da reunião, lavrando eu, Claudio Carlos, Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo PL-9, Secretário da Comissão a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, vai à publicação.

Publique-se:

Em 30 maio de 1968; Deputado Lauro Leitão Presidente; Senador Mem de Sá, Vice-Presidente; Depu-

tado Francisco Amaral, Relator; Senador Pedro Carneiro; Senador Achilles Cruz; Senador Alvaro Maia; Senador Domicio Gondim; Senador João Cleofas; Senador Pereira Diniz; Senador Eduardo Catalão; Deputado Dasso Coimbra; Deputado Feu Rosa e Deputado Floriceno Paixão.

#### ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIÃO — INSTALAÇÃO REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1968

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA

#### COMISSÃO

negra do texto das Normas  
Disciplinadoras aprovadas

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designa o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do artigo 3º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinados à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a", do art. 2º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b", do art. 2º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emenda caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto

é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de seu integrante, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f" do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Podere usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em bloco, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucinamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 2º, 5º e 6º destas Normas.

Art. 12. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprimir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "k" do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15. As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para previo conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas Normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1968. — Deputado Lauro Leitão, Presidente. — Senador Mem de Sá, Vice-Presidente. — Deputado Francisco Amaral, Relator.

#### AVISO

1. A Comissão receberá emendas nos dias 31 (trinta e um) de maio, 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), e 6 (seis) de junho de 1968;

2. As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3. Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 6-6, às 19:00 horas.

4. As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5. Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 horas (vinte e quatro) horas constantes do § único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6. Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7. A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 11 (onze) de junho às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 30 de maio de 1968. — Deputado Lauro Leitão, Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Lauro Leitão, Vice-Presidente: Senador Mem de Sá.

Relator: Deputado Francisco Amaral.

#### ARENA:

##### Senadores

1. Pedro Carneiro
2. Achilles Cruz
3. Luiz de Barros
4. Alvaro Maia
5. Domicio Gondim
6. Mem de Sá
7. João Cleofas

#### MDB:

##### Senadores

1. Arthur Virgílio
2. Edmundo Levi
3. Pereira Diniz
4. Eduardo Catalão

#### ARENA:

##### Deputados

1. Luiz de Paulo
2. Vasco Amaro
3. Dasso Coimbra
4. Lauro Leitão
5. Feu Rosa
6. Lacorte Vitale
7. Edil Ferraz

#### MDB:

##### Deputados

1. Francisco Amaral
2. Floriceno Paixão
3. Padre Antônio Vieira
4. Antônio Magalhães

#### CALENDÁRIO

Dia 29-5 — É lido o projeto em Sessão Conjunta;

Dia 30-5 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 31-5; 3, 4, 5 e 6-6 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 11-6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 19-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 20-6 — Publicação do parecer;

Dia 25-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 11:00 horas. Prazo — Início: 29-5-68 e Término: 7-6-68.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa.

## MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)

1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)  
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)  
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)  
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)  
 4º Suplente — Rauí Gluberti (ARENA — ES)

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS),

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT),

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

## DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Senna (ACRE)

## COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

## ARENA

## SUPLENTE

Arnon de Mello  
 Domicio Gondim  
 Paulo Torres  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela

José Leite  
 José Guimard  
 Adolpho Franco  
 Leandro Maciel  
 Aloysio de Carvalho

## MDB

Nogueira da Gama  
 Josaphat Marinho

José Ermírio  
 Mário Martins

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247,

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

## ARENA

## SUPLENTE

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela  
 Milton Trindade

Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedito Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermírio  
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244,

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

## ARENA

## SUPLENTE

Ney Braga  
 Antônio Carlos  
 Melo Braga  
 Arnon de Mello  
 Atílio Fontana

José Leite  
 Eurico Rezende  
 Benedito Valladares  
 Carvalho Pinto  
 Filinto Müller

## MDB

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz  
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244,

Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

## ARENA

## SUPLENTE

Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Patrônio Portia  
 Carlos Lindenberg  
 Paulo Sarasate  
 Clodomir Muet

Alvaro Maia  
 Lucas da Silveira  
 Benedito Valladares  
 Arnon de Mello  
 João Leite  
 Menezes Pimentel  
 Adolfo Franco  
 Filinto Müller  
 Daniel Krieger

## MDB

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho  
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio  
 Argemiro de Figueiredo  
 Nogueira da Gama  
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247,

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abranão

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## SUPLENTE

José Feliciano  
 Eurico Rezende  
 Patrônio Portia  
 Atílio Fontana  
 Júlio Leite  
 Clodomir Muet  
 Manoel Villaga  
 Wilson Gonçalves

Benedito Valladares  
 Melo Braga  
 Teotônio Vilela  
 José Leite  
 Mem de Sá  
 Filinto Müller  
 Fernando Corrêa  
 Adolfo Franco

## MDB

João Abranão  
 Aurélio Vianna  
 Adalberto Senna

Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 245,

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

## ARENA

## SUPLENTE

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Júlio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel  
 Atílio Fontana  
 Ney Braga

José Leite  
 João Cleofas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres  
 Adolpho Franco  
 Antônio Carlos

## MDB

Bezerra Neto  
 Edmundo Levi  
 Sebastião Archer

José Ermírio  
 Josaphat Marinho  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247,

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

## ARENA

## SUPLENTE

Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

Benedito Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrônio Portia

## MDB

Adalberto Senna  
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro  
 Edmundo Levi

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247,

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.